Observatório de Política Exterior do Brasil

– Informe de Política Externa Brasileira – Nº 287 10/12/10 a 16/12/10[1]

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação semanal executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), *campus* de Franca.

Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP.

O informe é uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense*.

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;

Mestres em Relações Internacionais (Programa San Tiago Dantas – UNICAMP/UNESP/PUC-SP): André Cavaller Guzzi, Flávio Augusto Lira Nascimento;

Mestrandos em História (UNESP, Franca): Adriana Suzart de Pádua (bolsista CAPES);

Graduandos em Relações Internacionais: Analice Pinto Braga, Giovanna Ayres Arantes de Paiva, Henrique Neto Santos, Lívia Peres Milani, Rafael Augusto Ribeiro de Almeida (bolsista CNPq), Thassia Bollis.

[1] No dia 15 de dezembro, não houve notícias de Política Externa Brasileira.

Lula defendeu fundador do WikiLeaks

No dia 9 de novembro, durante discurso em cerimônia do Programa de Aceleração do Crescimento, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva prestou solidariedade ao fundador do site WikiLeaks, Julian Assange. Lula reiterou que o erro não foi do jornalista australiano que divulgou os telegramas contendo mensagens diplomáticas, mas dos embaixadores estadunidenses que os produziram**.** O presidente ainda afirmou que a prisão de Assange viola a liberdade de expressão na internet. O porta-voz do Departamento de Estado dos EUA, Charles Luoma-Overstreet, rebateu as críticas de Lula, argumentando que a prisão de Assange deve-se a supostos crimes sexuais cometidos na Suécia, e não ao WikiLeaks. No dia 14, durante a entrega do Prêmio Nacional dos Direitos Humanos, o presidente brasileiro defendeu novamente Assange e afirmou que irá protestar contra a censura ao site, argumentando que a liberdade de imprensa deve ser absoluta (Correio Braziliense – Mundo – 10/12/2010; Folha de S. Paulo – Poder – 10/12/2010; O Estado de S. Paulo – Internacional – 10/12/2010; O Estado de S.Paulo – Internacional – 14/12/2010).

Brasil anunciou meta de redução de gases-estufa na COP-16

No dia 11 de dezembro, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, avaliou o resultado final da Conferência sobre Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas (COP-16), realizada no México. Segundo Teixeira, o documento oficial alcançado foi equilibrado. Durante a COP-16, o Brasil anunciou a assinatura de um decreto que regulamenta a Política Nacional de Mudanças Climáticas, fixando meta de 36% a 39% de corte de emissões de gases-estufa até 2020. Em discurso na conferência, a ministra declarou que o Brasil foi o primeiro país a formalizar suas intenções de corte das emissões desses gases (Folha de S. Paulo – Ciência – 12/12/2010; O Estado de S. Paulo – Vida – 10/12/2010; O Estado de S.Paulo – Internacional – 12/12/2010).

Brasil alegou déficit para recusar abrir comércio

No dia 9 de dezembro, a diplomacia brasileira argumentou, frente à Organização Mundial do Comércio (OMC), não ser possível reduzir as tarifas de importação como querem os mercados dos Estados Unidos e da Europa. O embaixador do Brasil na OMC, Roberto Azevedo, afirmou que a valorização do real neutralizou o impacto dessas tarifas na proteção do mercado nacional, gerando um déficit comercial que inviabiliza a redução tarifária. Além disso, Azevedo reiterou que a situação deficitária do país deve-se também à política externa dos EUA, que adotou medidas que favoreceram a valorização do real, como a injeção de dólares na economia (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 10/12/2010).

Mantega descartou interesse na compra de títulos de Portugal

No dia 10 de dezembro, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou que o Brasil não pretende comprar títulos da dívida de Portugal. A declaração do ministro foi uma resposta a seu homologo português, Fernando Teixeira dos Santos, que, no dia 9, consultou o Brasil sobre seu eventual interesse em participar de operações de compras diretas de papéis lusos. O ministro brasileiro afirmou que o governo apoia a adoção de uma solução mais abrangente, que envolva outros países da União Europeia com os mesmos problemas. Segundo Mantega, o Brasil prefere atuar como facilitador, incentivando, em organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional, a criação de linhas de crédito que possam ser acessadas a qualquer momento por países europeus em dificuldade. Ademais, o ministro brasileiro se comprometeu a levar o problema de Portugal à próxima reunião do G-20, que ocorrerá em fevereiro de 2011 (Correio Braziliense – Economia – 11/12/2010; Folha de S. Paulo – Mercado – 11/12/2010).

Jobim e Garcia se reuniram com subsecretário dos EUA

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, e o assessor presidencial para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, se encontraram com o subsecretário para Assuntos Políticos do Departamento de Estado estadunidense, William Burns, durante visita deste ao Brasil. Burns e Garcia discutiram temas como comércio, América Latina, Haiti e armas nucleares. A conversa entre Burns e Jobim teve como enfoque as negociações para a possível compra de caças pelo governo brasileiro (Folha de S.Paulo – Poder – 14/12/2010).

BNDES assinou acordo com o BID

No dia 13 de novembro, Luciano Coutinho, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e Fernando Carrillo, chefe da representação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no Brasil, assinaram acordo que prevê empréstimo ao banco brasileiro. A intenção do mesmo é gerar fundos para o financiamento de micro, pequenas e médias empresas (Folha de S.Paulo – Mercado –14/12/2010 ; O Estado de S.Paulo – Negócios –14/12/2010).

Acordo antidrogas entre o Brasil e a Bolívia

No dia 16 de dezembro, o ministro da Justiça brasileiro, Luiz Barreto, e o ministro do Governo boliviano, Sacha Llorenty, se reuniram para finalizar um acordo de cooperação bilateral antidrogas em Foz do Iguaçu. Com este entendimento, Brasil e Bolívia visam reativar quatro comitês de fronteira e o

compartilhamento de dados de inteligência (Folha de S. Paulo – Mundo – 16/12/2010).

STF declarou-se contrário à decisão da OEA

No dia 15 de dezembro, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, manifestou-se a respeito da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Tal Corte sentenciou que o Brasil investigue e puna os acusados de violações aos Direitos Humanos durante a ditadura militar. Tais indivíduos receberam um indulto através da Lei da Anistia. Peluso declarou que o STF não mudará sua decisão de anistiar os acusados de violações (O Estado de S. Paulo – Nacional – 16/12/2010).